



Acesse o PDF da Sinopse de Notícias no site da 7ª CCR e na Intranet
Sexta-feira (23/08) a Quinta-feira (29/08)

Manchetes

Agência Pará: Modelo prisional de Santa Catarina inspira trabalho da FTIP no Pará

Exame: Força-tarefa vai permanecer mais 60 dias em presídio do Pará

Hoje em Dia: Força Nacional fica mais 180 dias na segurança de presídio em Rondônia

IstoÉ Dinheiro: Mais um civil é baleado no Rio em ação policial

Câmara dos Deputados: Deputada propõe comissão externa para acompanhar habeas corpus de gestantes em presídios

Câmara dos Deputados: Especialistas cobram política para população carcerária indígena

G1: Chefe da Core defende sigilo do manual para uso de helicóptero em ações policiais no Rio

Folha de S. Paulo: Audiências de custódia mantêm 99% dos réus sob prisão preventiva ou medida cautelar

Época: Sistema criminaliza pobreza e encarcera negros da periferia, diz relatório produzido pelo IDDD

MPF: MPF sedia seminário em São Paulo sobre reflexos das investigações por inquérito policial na segurança pública

Síntese das notícias

Modelo prisional de Santa Catarina inspira trabalho da FTIP no Pará: "O sistema prisional de Santa Catarina já foi igual ao do Pará. Mas decidimos fazer uma grande intervenção, e hoje somos um dos melhores do Brasil. Vejo que o Estado do Pará tem potencial para melhorar. A Colônia Agrícola Penal de Santa Izabel vai ser a menina dos olhos das prisões do Estado", afirmou Roberval Ferraz, agente da Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária (FTIP), do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), em uma reunião de compartilhamento de experiência, com o secretário Extraordinário para Assuntos Penitenciários, Jarbas Vasconcelos, agentes da FTIP e diretores da Superintendência do Sistema Penitenciário do Pará (Susipe). Segundo ele, a formação e capacitação dos agentes prisionais também é um fator fundamental para manter a segurança no cárcere. "Lá temos uma Academia de Justiça, onde já realizamos mais de 1.400 cursos. Em Santa Catarina temos 2,8 mil agentes prisionais concursados e cerca de 700 agentes temporários, todos formados e capacitados. E já vislumbramos um curso de intervenção básica para os novos servidores do Pará", informou. O sistema prisional de Santa Catarina mantém, atualmente, 22 mil presos, 31% trabalhando e mais de 4 mil estudando.

Fonte: Agência Pará (23/8/2019). <http://bit.ly/2ZtNawQ>



Força-tarefa vai permanecer mais 60 dias em presídio do Pará: A Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária, que foi para o Pará após o massacre no presídio de Altamira, vai permanecer mais 60 dias no estado, de 29 de agosto até 27 de outubro, para exercer a coordenação das atividades de guarda, de vigilância e de custódia de presos. A solicitação foi feita pelo governo estadual ao Ministério da Justiça e Segurança Pública. A Portaria nº 712 autorizando a manutenção da força-tarefa no Pará foi publicada no Diário Oficial da União desta quarta-feira (28) e prevê também que a operação terá o apoio logístico e a supervisão dos órgãos de administração penitenciária e segurança pública do estado.

Fonte: Exame (28/8/2019). <http://bit.ly/30JyEIO>

Força Nacional fica mais 180 dias na segurança de presídio em Rondônia: A Força Nacional de Segurança Pública vai ficar mais 180 dias participando das ações de policiamento da Penitenciária Federal de Porto Velho, em Rondônia. O prazo anterior terminou domingo (25). A prorrogação foi autorizada pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, de acordo com Portaria nº 704 publicada segunda-feira (26), no Diário Oficial da União. De acordo com o documento, as ações serão de policiamento de guarda e vigilância no perímetro de segurança da penitenciária, tendo caráter episódico e planejado. O contingente a ser disponibilizado obedecerá ao planejamento definido pelo ministério.

Fonte: Hoje em Dia (26/8/2019). <http://bit.ly/2UcYHiV>

Mais um civil é baleado no Rio em ação policial: Mais um civil foi atingido durante uma ação policial no Rio. O professor de dança Yuri Piетро Ferreira, de 26 anos, foi vítima de uma bala perdida na madrugada de sábado (24), durante um patrulhamento na comunidade Vila Aliança, em Bangu, na zona oeste da capital fluminense. De acordo com reportagem do RJTV da TV Globo, ele voltava do trabalho e foi atingido na porta de casa. O caso de Yuri é mais um para as estatísticas de civis inocentes feridos ou mortos durante ações policiais no Rio. Na última semana, seis jovens morreram baleados durante ações da Polícia Militar em comunidades. No fim de julho três pessoas ficaram feridas quando a polícia tentava deter um homem em situação de rua que matou a facadas o engenheiro João Napoli e o professor de ginástica Marcelo Correa, além de ferir a bióloga Caroline Moutinho.

Fonte: IstoÉ dinheiro (24/8/2019). <http://bit.ly/2MGI3Y0>

Deputada propõe comissão externa para acompanhar habeas corpus de gestantes em presídios: A Comissão de Defesa dos Direitos das Mulher realizou audiência pública para discutir o cumprimento do habeas corpus coletivo que garante prisão domiciliar a gestantes e mães de crianças de até 12 anos que estejam presas provisoriamente. O pedido de habeas corpus, feito pelo Coletivo de Advocacia em Direitos Humanos, foi aceito pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em fevereiro de 2018, tendo 15 mil mulheres



como possíveis beneficiárias em todo o território nacional. Representante do Departamento Penitenciário informou que pouco mais de nove mil mulheres, das 15 mil beneficiadas pelo medida, cumpriam os critérios para o habeas corpus.

Fonte: Câmara dos Deputados (26/8/2019). <http://bit.ly/2L1UP1u>

Especialistas cobram política para população carcerária indígena: A Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia realizou uma audiência pública para tentar esclarecer a situação da população indígena que está presa no Brasil. Os próprios órgãos envolvidos nesta questão, como o Departamento Penitenciário Nacional e a Funai, reconheceram que não existe uma política voltada para estes presos, que terminam não tendo o atendimento judicial devido e são discriminados na prisão.

Fonte: Câmara dos Deputados (27/8/2019). <http://bit.ly/2Ugrnry>

Chefe da Core defende sigilo do manual para uso de helicóptero em ações policiais no Rio: "O sigilo de 15 anos sobre o manual da Polícia Civil a respeito do uso de helicóptero em ações policiais, publicado no início do mês, é importante para preservar a integridade dos agentes". A afirmação é do comandante da Coordenadoria de Operações Especiais (Core), Sérgio Sahione, que participou, segunda-feira (26), de uma audiência pública da Comissão de Segurança e Assuntos Policiais na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) sobre o uso de helicóptero, snippers (atiradores de elite) e blindados em operações. No mesmo dia, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) pediu para que o documento seja aberto. A OAB teme que o sigilo permita a violação de direitos humanos e questiona "quais os critérios que regem o uso de helicóptero em ações de confronto, quais as circunstâncias em que atiradores são autorizados a agir, quais os cuidados e precauções tomados para proteger a população".

Fonte: G1 (26/8/2019). <https://glo.bo/34co7ld>

Audiências de custódia mantêm 99% dos réus sob prisão preventiva ou medida cautelar: Quatro anos após as audiências de custódia saírem do papel, a maioria das pessoas ainda é enviada pela Justiça para o cárcere em prisão preventiva. Menos de 1% tem autorização para responder ao processo sem cumprir medidas cautelares. Em 56% dos casos, a palavra do policial é a única prova de acusação - e há queixas de que relatos de tortura estão sendo negligenciados. Os dados estão no relatório "*O fim da liberdade: a urgência de recuperar o sentido e a efetividade das audiências de custódia*", elaborado pelo IDDD (Instituto de Defesa do Direito de Defesa) em parceria com o CNJ (Conselho Nacional de Justiça), que será lançado durante a Audiência Pública "Politização do sistema de justiça criminal", que ocorre em 29/8/2019. Trata-se do maior levantamento já feito sobre as audiências de custódia no Brasil. Foram acompanhados 2.774 casos de abril a dezembro de 2018, em 13 cidades de nove estados - São Paulo, Alagoas, Bahia, Distrito Federal, Minas Gerais, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Fonte: Folha de S. Paulo (29/8/2019). <http://bit.ly/2zxcbwk>



Sistema criminaliza pobreza e encarcera negros da periferia, diz relatório produzido pelo IDDD: Homens, negros, jovens, com educação incompleta e sem renda fixa. Esse é o perfil dos presos brasileiros que passam por audiências de custódia, segundo o levantamento "*O fim da liberdade: a urgência de recuperar o sentido e a efetividade das audiências de custódia*", produzido pelo IDDD, Instituto de Defesa do Direito de Defesa, e divulgado nesta quinta (29). Com a terceira maior população prisional do mundo — são 750 mil pessoas —, mais de 33% dos presos brasileiros não têm condenação definitiva e ainda aguardam o julgamento privados de liberdade. A pesquisa do IDDD analisou 2.774 casos que passaram pelas audiências de custódia em 13 cidades de nove estados. Desse total, mais de 90% são homens jovens, com idade entre 18 e 29 anos. A educação incompleta também integra o perfil dos que mais passam por esse processo: 34,82% das pessoas custodiadas não concluíram o Ensino Fundamental e 37,6% afirmaram não ter uma renda fixa. Sobre raça, negros são 64,1% — nas cidades pesquisadas, 47,1% da população é formada por negros, segundo dados do IBGE.

Fonte: Época (29/8/2019). <https://glo.bo/2LerfEE>

MPF sedia seminário em São Paulo sobre reflexos das investigações por inquérito policial na segurança pública: As investigações por meio do inquérito policial e seus reflexos na segurança pública foram objeto de debate no primeiro evento relativo ao projeto “Diálogos interinstitucionais”, realizado quarta-feira (21) no Ministério Público Federal em São Paulo. Representantes do MPF, do meio acadêmico e da Polícia Civil apresentaram suas visões sobre a eficiência deste instrumento de investigação. Para o procurador regional da República Marcelo Freire, referência no controle externo da atividade policial no MPF, o modelo concentrador utilizado no Brasil facilita a corrupção e o desvio de finalidade das investigações. O procurador defendeu uma política de segurança pública que agregue diversos órgãos e representantes da sociedade civil, como já vem sendo feito pelo Grupo Estratégico de Enfrentamento à Violência no Rio de Janeiro. A iniciativa, que conta com 23 instituições – entre as quais o Ministério Público, as Polícias Federal, Rodoviária Federal, Civil e Militar, a Receita Federal, o Coaf e as Forças Armadas –, já apresentou 227 propostas para segurança pública, abarcando áreas como inteligência, fiscalização, facções e milícias, sistema penitenciário e combate à corrupção.

Fonte: MPF (23/8/2019). <http://bit.ly/2zqmUJ2>